



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682523 - RJ (2021/0233619-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : REINAN NASCIMENTO LOPES JANUARIO (PRESO)
PACIENTE : JEANDERSON DOS SANTOS FORTUNATO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de REINAN NASCIMENTO LOPES e JEANDERSON DOS SANTOS FORTUNATO em que aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0273671-06.2019.8.19.0001).

Os pacientes foram condenados às seguintes penas:

1) REINAN NASCIMENTO LOPES JANUARIO, por infringência às normas de condutas inculpidas no art. 157, §2º, II, e §2º-A, I, art. 180, caput, ambos do Código Penal, e art. 16, parágrafo único, III, da Lei nº 10.826/03, na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 12 (doze) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, e ao pagamento de e 39 (trinta e nove) dias-multa, cujo valor unitário arbitro em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo à época do fato, atualizado monetariamente;

2) o réu JEANDERSON DOS SANTOS FORTUNATO, por infringência às normas de condutas inculpidas no art. 157, §2º, II, e §2º-A, I, art. 180, caput, ambos do Código Penal, e art. 16, parágrafo único, III, da Lei nº 10.826/03, na forma do art. 69 do Código Penal, à pena de 12 (doze) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, e ao pagamento de e 39 (trinta e nove) dias-multa, cujo valor unitário arbitro em 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo à época do fato, atualizado monetariamente. (fls. 67-68)

A impetrante sustenta que "Note-se que, na hipótese dos autos, na aplicação das frações de aumento não há nenhum argumento nos termos da lei, a fundamentar a adoção do critério mais gravoso para aplicação da pena" . (fl. 12)

Alega, ainda, que "é possível afirmar que as exasperações implementadas são desarrazoadas e, por consequência, ferem o princípio da proporcionalidade que a dosimetria da pena deve observar, devendo ser afastada a causa de aumento menos gravosa, para que incida somente aquela que mais agrave a pena, fixando-se o aumento em 2/3 (dois terços) (Súmula 443 do Superior Tribunal de Justiça)." (fl.13)

Requer, liminarmente e no mérito, "a concessão da ordem e reforma do acórdão recorrido, para cessar a coação imposta, como afastamento da causa de aumento prevista no artigo 157, § 2º, II na forma prevista pelo artigo 68, parágrafo único, todos do Código Penal." (fl. 13)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência